Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 20, 21 e 22 de março de 2021
Ano CVII ● Número 28.834
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SOBRE CLUBISMO E JORNALISMO

Na seção de política, seria o equivalente ao partidarismo; ou ao rentismo na economia. Por Sérgio M. Souto, **página 2**

ISENÇÃO DE IR PARA APOSENTADOS

Portadores de moléstia considerada grave e crônica são beneficiados. Por Alexandre Triches, **página 2**

SELEÇÃO DE SAUVIGNON BLANC

O Concurso Mundial 2021 e dicas de vinhos dessa cepa para você provar. Por Míriam Aguiar, **página 4**

Petroleiros fazem 15 dias de greve com adesão de MG

Os petroleiros completaram nesta sexta-feira 15 dias de greves em quatro estados: Bahia, Amazonas, Espirito Santo e São Paulo. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o movimento ganhará nesta segunda-feira o reforço dos trabalhadores da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais.

Segundo o Sindipetro-MG, a Regap vem tendo surtos seguidos de Covid-19, que já contaminou 220 trabalhadores próprios e terceirizados só no mês de março, 84 deles de um mesmo setor da refinaria. Já são 12 petroleiros internados em decorrência da doença, de acordo com o sindicato.

A segurança é um dos eixos das greves regionais. Os trabalhadores reclamam de precarização das condições de trabalho, riscos de acidentes e avanço da Covid-19 nas instalações da estatal.

De acordo com a FUP, a doença se alastra também na região da Bacia de Campos. O surto mais recente foi registrado na plataforma P-38. A ANP registra 4.743 casos de covid nas áreas de exploração e produção (E&P).

Governo facilita renegociação de dívidas com fundos

Os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) registram mais de R$ 10,6 bilhões em dívidas de cerca de 500 mil pessoas físicas e jurídicas. Aproximadamente 98% dos débitos são de até R$ 100 mil.

O Governo Federal publicou nesta sexta-feira, no Diário Oficial da União, as regras para que empresas que tomaram empréstimos dos fundos constitucionais possam renegociar suas dívidas. A expectativa do governo é atingir, no mínimo, 10% das carteiras do FNO, FNE e FCO provisionadas (reserva para o caso de inadimplência) ou em prejuízo, com a recuperação de cerca de 30 mil contratos.

Em 2020, os fundos constitucionais movimentaram R$ 43,78 bilhões nas três regiões. Desse total, R$ 3,52 bilhões foram destinados a pequenos empreendedores das três regiões, que puderam acessar empréstimos por meio da linha emergencial contra os impactos da pandemia. **Página 7**

Bolsonaro veta lei que dá acesso gratuito à internet a estudantes

Decisão aumenta desigualdade e força aula presencial

O presidente Jair Bolsonaro vetou, integralmente, o Projeto de Lei 3.477/20, que prevê o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da rede pública de educação. O texto, aprovado em fevereiro pelo Congresso, definia que o Governo Federal destinasse recursos para estados e municípios aplicarem em ações que garantam internet gratuita, em razão da adoção do ensino remoto durante a pandemia.

O presidente alegou que a medida é inconstitucional e contraria o interesse público ao aumentar a "alta rigidez do Orçamento, o que dificulta o cumprimento da meta fiscal e da Regra de Ouro". Além disso, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o texto não apresenta a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro.

O texto, porém, estimava o impacto orçamentário e financeiro em R$ 26,6 bilhões. Os custos seriam cobertos com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), doações e outros recursos previstos na lei orçamentária.

O veto será analisado pelo Congresso e são grandes as possibilidades de ser derrubado. A falta de internet aumenta a defasagem no aprendizado dos alunos das escolas públicas, em relação às particulares. Sem acesso, acaba-se estimulando as aulas presenciais, o que vai na contramão do combate à pandemia neste momento.

A decisão de Bolsonaro é mais uma no sentido contrário ao isolamento social. Ao definir o auxílio emergencial entre R$ 150 e R$ 375, o Governo Federal acaba obrigando as pessoas a saírem às ruas em busca de serviço. Da mesma forma, Bolsonaro entrou com ação no Supremo Tribunal Federal contra decretos dos governos estaduais que determinam lockdown, argumentando que representam decretação de "estado de sítio" – que é uma medida completamente diferente.

Página 3

Marcelo Camargo/ABr

Os custos financeiros e de saúde da discriminação a idosos

Preconceito leva a gasto de US$ 63 bi por ano nos EUA

A Organização Mundial da Saúde e outras agências da ONU afirmam que estereótipos, percepções negativas e outras formas de discriminação, conhecidas como "*ageism*" em inglês, causam isolamento social dos idosos e agravam sua saúde. O preço da discriminação é alto. No ano passado, os Estados Unidos calcularam em US$ 63 bilhões anuais o custo com pessoas acima de 60 anos por causa de estereótipos.

Na Austrália, se 5% a mais de pessoas com 55 anos ou mais velhas estivessem empregadas, haveria um acréscimo de 48 bilhões de dólares australianos à economia, o equivalente a quase US$ 38 bilhões.

Estima-se que a cada segundo uma pessoa no mundo sofra preconceito "moderado ou alto" por se encontrar na terceira idade.

A alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, afirmou que o preconceito aos mais velhos prejudica a todos: jovens e idosos. Ela pediu um combate tenaz ao problema, que classificou de "uma violação fundamental de direitos humanos".

A chefe do Unfpa, Natalia Kanem, afirma que é preciso tornar a crise da pandemia um momento de mudança sobre a forma como os idosos são vistos e tratados. Para ela, pessoas na terceira idade sofrem uma discriminação dupla que inclui fatores como pobreza, gênero, deficiências e minorias.

O relatório nota que em locais de trabalho, jovens e idosos estão, frequentemente, em desvantagem. E para os mais velhos, as oportunidades de treinamento são menores. Já o preconceito aos mais jovens ocorre nas áreas da saúde, da habitação e políticas que ignoram seus anseios. **Página** 4

Receita da Embraer mostra melhora no final do ano

A incerteza causada pela pandemia e seu impacto na indústria levaram a Embraer a não divulgar suas estimativas financeiras e de entregas para 2021. A companhia anunciou nesta sexta-feira que obteve receita líquida de R$ 9,8 bilhões no quarto trimestre e R$ 19,6 bilhões no ano passado, representando crescimento de 14% em relação ao 4T19 e queda de 10% em relação ao ano anterior, respectivamente.

No último trimestre do ano passado, a Embraer entregou 28 aeronaves comerciais (mais da metade das 44 entregues em todo o ano) e 43 aeronaves executivas (23 jatos leves e 20 grandes), metade das 86 despachadas em 2020. A carteira de pedidos firmes (*backlog*) alcançou US$ 14,4 bilhões.

Página 8

Governança auxilia startups a atraírem investimentos

Obrigação nas grandes empresas, a governança corporativa ainda engatinha nas startups, empresas novas e pequenas, mas com alta probabilidade de se tornarem gigantes. É muito comum o empreendedor gerir seu negócio visando apenas os resultados financeiros necessários para a empresa crescer, lucrar e dar o retorno almejado pelos investidores.

Especialistas da BR Rating avaliam que a implantação de um modelo administrativo baseado nos conceitos da governança corporativa pode ser o diferencial no momento em que é preciso captar recursos. **Página** 6

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4916
Dólar Turismo	R$ 5,6630
Euro	R$ 6,5372
Iuan	R$ 0,8435
Ouro (gr)	R$ 306,00

ÍNDICES

IGP-M	2,53% (fevereiro)
	2,58% (janeiro)
IPCA-E	
RJ (nov.)	0,89%
SP (set.)	1,32%
Selic	2,75%
Hot Money	0,56% a.m.

Sobre clubismo, resultadismo e a perversão do jornalismo

Por Sérgio Montero Souto

Poucas questões expõem, de forma tão didática, os vazamentos da objetividade no jornalismo esportivo do que as previsões daqueles que, nesse campo, apresentam-se como comentaristas de esporte. A recente contrição a que grande parte desses sujeitos foi levada pela rememoração de que, no início do Campeonato Brasileiro, apontavam o Santos como um dos candidatos ao rebaixamento foi apenas um dos, não poucos, capítulos em que, sob a capa de previsões ou palpites, deixam escapar o que muitos torcedores identificam como clubismo.

O clubismo, na editoria de esportes, seria o equivalente ao partidarismo na seção de política ou à defesa do rentismo nas páginas de economia. Uma diferença relevante, porém, é que, raramente, um jornalista dessas duas últimas editorias cogitaria a hipótese de explicitar as suas preferências político-partidárias ou de modelos econômicos. Essas têm de serem inferidas por leitores detentores de cardápio que vá além do senso comum ou da mera ignorância dos complexos interesses que envolvem aqueles dois campos.

Na seção de esportes, no entanto, não é incomum que jornalistas revelem suas preferências clubísticas, embora existam exceções em estados de polarização binária e radicalizada, como o Rio Grande do Sul. Tal explicitação de preferências, porém, raramente, é acompanhada do reconhecimento de que elas podem implicar alinhamento profissional com os clubes pelos quais torcem. Ao contrário, o ordinário é a proclamação de que elas não interferem em suas análises e opiniões. Curiosa e emblematicamente, tal declaração de fidelidade à objetividade jornalística é diamentralmente oposta à percepção que um numeroso grupo de torcedores tem sobre esses profissionais.

Aqui, faz-se necessário ressalvar a crescente intolerância dos torcedores a qualquer crítica e/ou opinião que contrarie as suas próprias convicções sobre o seu clube e sobre os adversários. Certamente, a intolerância a opiniões divergentes não é um fenômeno que tenha surgido contemporaneamente. No entanto, a crescente polarização da nossa sociedade e o amplo acesso às mídias sociais potencializaram tal sentimento. Mas, para além da negação à alteridade, a atitude dos torcedores também é alimentada pela percepção de que muitos jornalistas são clubistas. Por essa ótica, não haveria grande distinção entre eles e os torcedores, que, ao menos, explicitariam sua adesão incondicional a um clube sem qualquer compromisso profissional ou com a objetividade.

Tal percepção por parte de parcelas numerosas do público é potencializada pelo acesso que os torcedores têm às mídias sociais nas suas diferentes plataformas. Na batalha para defender seus clubes e atacar aqueles que consideram adversários das suas agremiações, os torcedores não se valem apenas da paixão. Não raro, como tratamos em artigo anterior ("Internet x imprensa: um jogo paralelo no Mundial de Clubes – Redes sociais recorrem ao jornalismo para criticar cobertura da imprensa"), também recorrem à gramática jornalística, cobrando dos jornalistas coerência com opiniões pretéritas adotadas, em situações comparáveis, em relação a clubes adversários. Seja no tratamento da derrota numa partida importante ou na análise da atuação do VAR em lances capitais.

E, como confirma vasto material empírico disponível na internet, parte dele encontrável no texto anteriormente mencionado, torcedores céticos em relação à neutralidade do jornalismo esportivo têm fortes motivos de reafirmação da sua (des)crença. No entanto, não apenas a identificação de jornalistas ao clubismo e a negação à alteridade alimentam a descredibilização do jornalismo esportivo.

Dominada pelo resultadismo, a imprensa, e não apenas a brasileira, nos dizeres de Marcelo Bielsa, "se especializou em perverter os seres humanos de acordo com vitórias e derrotas". Em encontro promovido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2018 (marcondesbrito.com.br/el-loco-bielsa-midia-e-especialista-em-perverter-o-ser-humano-segundo-vitoria-ou-derrota), Bielsa justificou seu diagnóstico: "O mesmo comportamento que se utiliza para amplificar (o reconhecimento) na vitória é o que se utiliza para condenar o comportamento na derrota."

Ele exemplificou sua afirmação observando que, se Neymar retoma a bola de um adversário e a seleção brasileira ganha oito partidas seguidas, Tite seria elogiado por ter feito o atacante jogar coletivamente, e não apenas individualmente. No entanto, à primeira derrota, o mesmo treinador seria atacado pela imprensa porque, em vez de pôr Neymar mais perto da área adversária, optara por colocá-lo para perseguir o marcador rival.

Essa gramática esquizofrênica da imprensa apontada por Bielsa já fora sintetizada, no século passado, de forma mais crua pelo também treinador Oto Glória: "Se vences, és bestial. Agora, se perdes, és uma besta, mesmo." Em essência, ela converge com a lógica passional do torcedor, que, em poucos minutos, pode passar da perseguição implacável a determinado jogador do seu time a gritar com entusiasmo o nome do mesmo atleta, após este marcar o gol da vitória.

A diferença entre o resultadismo do torcedor e o do jornalista é que o primeiro, assumidamente, é amador, e o segundo, reivindica-se profissional e defensor da objetividade. Obviamente, como em qualquer esporte de competição, a vitória é o principal combustível do futebol. No entanto, deveria existir algum espaço para aqueles que se pretendem comentaristas ou analistas enxergarem além do resultado imediato e/ou não serem pautados pelas mídias sociais.

Embora o clubismo não confesso tenha origem bem mais distante da contemporaneidade, existe um elemento que tem contribuído para desmoralizar precocemente as previsões dos jornalistas: a ausência de craques nos gramados brasileiros. Num futebol cada vez mais nivelado por baixo, as diferenças salariais, ainda quando substantivas, não se materializam, na mesma proporção, no campo. Mesmo que clubes com mais recursos possam, por exemplo, pagar salários até sete vezes superiores aos seus atletas em relação a jogadores dos adversários, os primeiros não conseguem jogar sete vezes mais do que os jogadores de um time que faça da entrega tática do seu elenco seu principal ativo.

Como, embalada pelo resultadismo e, não raro, resvalando no clubismo, a imprensa esportiva superfatura o futebol de bons jogadores, tornou-se comum que, em partidas decisivas, quando tensão, cobrança e marcação adversária são mais intensas, os "craques" da mídia esportiva não correspondam à construção dos personagens que ela própria criou.

Foi o que, apenas para mencionar exemplo que, na montanha-russa que marca o tempo no futebol, parece longínquo, ocorreu no fim do ano passado, nas semifinais da Copa do Brasil, entre Grêmio e São Paulo. Nesse confronto, "craques" como o veterano Daniel Alves não conseguiram desequilibrar as partidas a favor do São Paulo, particularmente, no segundo jogo, embora o clube paulista tivesse maior controle da partida, mas sem ameaçar o Grêmio.

Resultado: em vez de constatar que, num futebol nivelado e sem craques, as partidas tendem a serem muito equilibradas e podem ser decididas por lampejos ou falhas individuais, a imprensa optou por… criticar Fernando Diniz, então treinador do tricolor paulista. O mesmo que, na ótica de Bielsa, seria incensado se o São Paulo vencesse a partida, como esteve mais próximo de fazer no primeiro jogo em Porto Alegre. Enquanto isso, Renato Gaúcho era exaltado pelo mesmo jornalismo esportivo que, mais uma vez na gramática de Bielsa, o criticaria por recorrer à mesma tática que o levou à vitória, caso o vencedor fosse o time de Diniz.

Pouco mais de um mês depois, foi a vez de Cuca ser eleito "a besta" pelo jornalismo esportivo, após o Santos ser derrotado por 1 x 0, pelo Palmeiras, quase no último minuto de uma partida arrastada, em que os goleiros dos dois times não fizeram uma única defesa. Dessa vez, o "bestial", para os jornalistas esportivos, foi o português Abel Ferreira, também candidato a ser execrado caso a bola alçada à área poucos instantes antes da prorrogação parasse dentro do gol do Palmeiras.

Tal dicotomia impôs-se à questão que mais saltou aos olhos dos que veem além do resultado. Se os dois clubes com as duas melhores campanhas da Libertadores produzem uma final tão sem brilho e sem que nenhum único "craque" se destaque, isso não deveria sinalizar um diagnóstico mais amplo do nível do futebol praticado no Brasil e no continente para muito além dos dois times em campo? Ou a melhor síntese é mesmo que, entre Cuca e Abel Ferreira, deve-se escolher o segundo, como pregou, por exemplo, o respeitável Juca Kfouri?

Pelo menos, até o segundo ser derrotado pelo Tigres, do México, no Mundial de Clubes, numa partida em que sua equipe acertou apenas uma finalização na direção do gol do adversário. Bom, mas Abel foi campeão da Copa do Brasil 2020, exatamente um mês depois da eliminação considerada vexatória...

Sérgio Montero Souto é professor-adjunto da Faculdade de Comunicação (FCS) da Uerj e doutor em Comunicação pela UFF.

Isenção de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas

Por Alexandre Triches

Muitos aposentados e pensionistas desconhecem que a legislação garante a isenção do Imposto de Renda relativos à aposentadoria e a pensão, inclusive complementações de previdências privadas para pessoas portadores de doenças graves. A isenção do IR em favor dos inativos portadores de moléstia grave tem como objetivo diminuir o sacrifício do aposentado, aliviando os encargos financeiros relativos ao tratamento médico.

As doenças previstas na lei são: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira (inclusive monocular), hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), hepatopatia grave e fibrose cística.

Para fazer jus à isenção, o aposentado e pensionista devem comprovar o diagnóstico das doenças elencadas na lei ou outra enfermidade considerada grave ou crônica. As doenças crônicas são aquelas que não são curadas em tempo curto e que põem em risco a vida da pessoa. As doenças graves são patologias de prolongada e permanente evolução, muitas vezes sem cura, com comprometimento da funcionalidade da pessoa.

Muitas são as formas de comprovar o direito da isenção, dentre elas: atestados médicos, boletins de internação, receituários bem como prova pericial e testemunhal. A interpretação literal da lista de doenças não deve ocorrer, necessitando sempre ser analisada a gravidade e também a cronicidade da enfermidade diagnosticada. Por isso, é muito importante a apresentação de provas.

No caso de algumas doenças específicas como a neoplasia maligna, inclusive, a comprovação da cronicidade pode permitir a garantia de isenção independe do estágio ou dos sintomas da doença.

Com relação ao laudo, não se exige a demonstração da contemporaneidade dos sintomas, a indicação de validade do laudo pericial ou a comprovação de recidiva da enfermidade. Até mesmo porque a isenção tem cabimento a partir do momento em que for comprovada a moléstia, independentemente de ter havido requerimento expresso ou comprovação perante junta médica oficial.

Todas as provas são validas para comprovar o direito da isenção do IR. A legislação não pode restringir o direito do aposentado e pensionista de comprovar que a doença que lhe acomete prejudica a sua funcionalidade, no curto e longo prazo, e enquadra-se justamente naquele que é o objetivo da lei: diminuir as dificuldades oriundas da doença e de seu tratamento médico.

Alexandre Triches é advogado e professor universitário.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

EUA mostram os dentes, Rússia e China encaram

O primeiro encontro de alto nível entre Estados Unidos e China após a posse de Joe Biden, que ocorreu nestas quinta e sexta, começou quente. Quem esperava discursos de abertura ligeiros e genéricos, como uma ou outra alfinetada, ouviu pronunciamentos longos e agressivos de parte a parte.

Os EUA, representado pelo secretário de Estado, Antony Blinken, atacaram o que chamam de expansionismo do país asiático no Mar da China e questionou os direitos humanos, citando Hong Kong e uigures.

Yang Jiechi, principal diplomata da China, devolveu na mesma moeda. Criticou a pressão dos EUA sobre os demais países na base dos poderes financeiro e militar e cobrou os direitos humanos no país de Biden, citando que se trata de um problema bem anterior ao Black Lives Matter.

O presidente norte-americano já havia experimentado, antes na mesma semana, o contra-ataque do russo Vladimir Putin. Os Estados Unidos mexem seus peões no tabuleiro mundial, mas sabem que terão ossos duros pela frente.

O encontro entre China e EUA pretendia estabelecer as bases para o relacionamento entre os dois países, abordando as relações comerciais, especialmente as tarifas impostas por Donald Trump. Quem quiser saber o que mais foi tratado terá que olhar na mídia estrangeira. A imprensa brasileira mal cobriu a reunião.

Estágio

A não posse de Marcelo Queiroga no Ministério da Saúde está parecendo um estágio probatório. Só que quem cumpre o estágio não é o médico, sim o presidente. Pelas últimas movimentações de Bolsonaro, ainda dá tempo de Queiroga desistir.

Silêncio eloquente

Não se ouviu, dos tão ativos críticos bolsonaristas, nenhuma reclamação contra a soltura de Fabrício Queiroz, autorizada pelo ministro do STF Gilmar Mendes, alvo preferido dos ataques quando o beneficiado pela liberdade não é amigo da família Bolsonaro.

Rápidas

A FGV participará, nestas segunda e terça, ao lado de nove pares internacionais, da Tokyo Conference 2021. O encontro virtual reunirá também ex-chefes de estado e ministros para debater como a pandemia colapsou a estrutura de cooperação internacional e quais os possíveis caminhos para recuperá-la *** Aasp realizará nesta segunda-feira, às 19h, o webinário "A Previdência Privada em foco". Inscrições: mla.bs/b7b36a64 *** O escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados publica o guia "Inclusão digital: necessidade e direito", destinado a gestores públicos e integrantes de ONGs. Disponível em: rnsj.com.br/wp-content/uploads/2021/03/RNSJ_Analisa01_Inclusao_Digital.pdf *** O FGV CENN e o FGV in Company, em parceria com a PwC Brasil, realizarão, de 22 a 25 de março, 4 encontros virtuais sobre o tema "Empresas de controle familiar: tendências e desafios - Discussão dos resultados da 10ª Pesquisa Global de Empresas Familiares da PwC". Inscrições em evento.fgv.br/empresasdecontrolefamiliar *** A Fecap realizará nesta segunda, às 17h30, o webinário "Cuidado com as Armadilhas do Mercado Financeiro'. Inscrições: fecap.br/evento/cuidado-com-as-armadilhas-do-mercado-financeiro

Para não ficarem parados, todos serão essenciais

Bolsonaro vai ao STF para derrubar afastamento social

Para ter a garantir que prefeitos e governadores não proíbam pessoas de trabalhar durante o período da pandemia. o governo também está elaborando um projeto classificando todo tipo de trabalho como essencial. A proposta deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional segundo fontes ouvidas pela CNN. O projeto de lei trata sobre atividades essenciais a serem exercidas no período de isolamento, quarentena e lockdown.

Mesmo diante de uma crise de quase colapso total da rede hospitalar do país no atendimento de casos da Covid-19, cujo número de mortes diárias, que está se aproximando de 3 mil, passou a ser o maior do mundo, o presidente Jair Bolsonaro continua não aceitando o afastamento social como um dos meios de impedir o avanço da epidemia.

Numa decisão mais radical, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação de inconstitucionalidade para tentar derrubar os decretos de restrição de locomoção de pessoas adotados pelos governadores do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul para combater o coronavírus.

Na ação, que não é assinada pela Advocacia-Geral da União, mas pelo próprio presidente, ele pede que o STF "estabeleça que, mesmo em casos de necessidade sanitária comprovada, medidas de fechamento de serviços não essenciais exigem respaldo legal e devem preservar o mínimo de autonomia econômica das pessoas, possibilitando a subsistência pessoal e familiar". Ainda não há relator sorteado no Supremo.

Aliado do vírus

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou que vai acionar a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para contestar a ação do governo federal. Ele disse, contudo, que acredita que o STF vai decidir a favor da "vida e da ciência". Em entrevista ao portal G1, Costa afirmou que essa decisão demonstra que Bolsonaro é "aliado do vírus".

"O presidente da República reafirma com sua postura, sua conduta, que ele é o principal aliado do vírus no Brasil. A sua conduta indica que ele é o principal aliado da onda de mortes que acontece em todo o país. A sua conduta reafirma que ele é responsável pela economia estar praticamente paralisada no país inteiro, pelo comércio estar fechado, pelo crescimento do desemprego", declarou o governador baiano.

Por sua vez, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), também reagiu à investida de Bolsonaro, classificando como "sem sentido" a ação movida no STF. "Os decretos não têm nada de inconstitucionais e foram editados dentro da competência a mim estabelecida na própria constituição e na lei", declarou à CNN, com a certeza de quem já presidiu a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF).

No Rio Grande do Sul, o procurador-geral do estado, Eduardo Cunha da Costa, disse que ainda não foi notificado pelo Supremo. O sistema de saúde gaúcho colapsou há duas semanas, com mais de 100% de ocupação nos leitos de UTI.

Reúso de água ainda é desafio no Brasil

O uso da água deverá crescer 24% até 2030, superando a marca de 2,5 milhões de litros por segundo, diz o Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil. Segundo o estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) "O Impacto Econômico dos Investimentos de Reúso de Efluentes Tratados para o Setor Industrial", de 2018, menos de 1% da oferta de água no país provém de reúso de efluentes tratados. Enquanto isso, em Israel, país que convive com a escassez desde sua origem, 70% da oferta vem da reutilização de efluentes.

Estima-se que o reúso de água não potável seja de 2m³/s, uma vazão ínfima perto do total da água retirada no país, 2.083 m³/s segundo dados do estudo Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de 2018. A meta proposta pelo Governo Federal é que o reúso não potável direto no Brasil alcance 13 m³/s até 2030.

Na quarta-feira, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em nota, comentou que "a manutenção dos vetos ao marco legal do saneamento é essencial para o país."

Segundo a entidade, a manutenção dos vetos presidenciais ao novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020), decidida naquele dia pelo Congresso Nacional, "contribui para a promoção da concorrência, fundamental para que os prestadores de serviços sejam selecionados por critérios técnicos e o acesso ao saneamento seja concretizado para todos".

Para a federação, "a participação privada também será indispensável para os avanços na área e, nesse sentido, a nova lei proporcionará maior segurança jurídica, destravando os investimentos necessários".

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), existem no Brasil mais de 33 milhões de pessoas sem acesso a abastecimento de água e mais de 58 milhões sem coleta de esgoto. Além disso, mais da metade do esgoto produzido não é tratado. O quadro tende a ser ainda pior, já que sequer há dados de esgotamento sanitário referentes a mais de três mil municípios, que totalizam 42,3 milhões de pessoas (20% da população do país).

"Com a manutenção dos vetos, o marco legal potencializa a realização de investimentos para universalização dos serviços, tendo desdobramentos positivos na qualidade de vida da população e na retomada econômica", disse a Firjan.

Em se tratando do Estado do Rio de Janeiro, o reúso de água, na prática, já acontece em larga escala. O precioso líquido tratado pela Companhia Estadual Águas e Esgotos (Cedae) tem como fonte natural o Rio Guandu, responsável pelo despejo de dejetos, misturados em água usada, de grande parte da Zona Oeste e municípios vizinhos.

MEDPAR SERVIÇOS ONCOLÓGICOS LTDA
CNPJ/MF 25.330.469/0001-10- RCPJ nº 271533
Edital de Convocação e Notificação - Assembleia Geral Ordinária. Ficam os Srs. sócios da Medpar Serviços Oncológicos Ltda convocados para se reunirem em AGO, que será realizada em 23/04/2021, às 19 horas em 1ª convocação e às 19:30 horas, em 2ª e última convocação, na Rua República do Líbano, 61/1102, Centro, RJ, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação de Contas de 2020 e notificados que os demonstrativos financeiros da sociedade estarão a disposição dos sócios quotistas de 09:00 as 16:00hs de 23/03 a 23/04/2021 no endereço onde se realizará a AGO.RJ, 17/03/2021. Franz Santos de Campos - Sócio Administrador.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária Virtual Conjunta
O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, nos termos dos estatutos da entidade e conforme a legislação vigente, convoca todos os empregados (as) Jornalistas da Empresa EBC – Empresa Brasil de Comunicação, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária Virtual Conjunta, a realizar-se no dia **23 de março de 2021, às 14hs00min** em primeira convocação com o quórum estatutário e às 14hs30min em segunda convocação com qualquer número de presenças, conforme previsto no artigo 8º, III e VI da Constituição Federal e conforme o Estatuto da entidade sindical, de forma virtual pela plataforma Google Meet, com endereço a ser divulgado nos sites da internet do Sindicato, ciente que esta assembleia ocorrerá de forma conjunta com os demais empregados Radialistas da EBC do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, representados por seus respectivos sindicatos e, também, dos empregados Jornalistas no Estado de São Paulo e do Distrito Federal, também representados por seus respectivos Sindicatos, para discutir e votar a seguinte pauta: 1) discussão sobre proposta para o Acordo Coletivo 2021-2022; 2) discussão sobre a privatização da empresa EBC; 3) Deliberação sobre atos, manifestações, paralisações ou greve da categoria da EBC; 4) Manter a assembleia aberta em caráter permanente cuja convocação para as próximas será feita via boletim sindical; 5) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.
Verginia Dirami Berriel, Diretora Administrativa e Financeira do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Nos termos do artigo 20 do Estatuto da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA–ABI**, são convocados os associados quites com suas obrigações estatutárias para reunirem-se em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)** nos dias 29 e 30 de abril do corrente ano, da forma a seguir: 1º DIA/QUINTA-FEIRA **- 29/04/21, às 10 horas da manhã,** através da plataforma de teleconferências **Zoom**, para analisar e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) receber o Relatório da Diretoria, com parecer do Conselho Deliberativo; 2) receber e aprovar as demonstrações financeiras, a previsão orçamentária e o Parecer do Conselho Fiscal; 3) eleger uma nova Comissão Eleitoral para conduzir a votação, apuração e proclamação dos resultados do pleito que ocorrerá no segundo dia; 2º DIA/SEXTA-FEIRA **- 30/04/21, das 10 às 20 horas,** através do **voto eletrônico**, eleger um terço (1/3) do Conselho Deliberativo, quinze (15) titulares e quinze (15) suplentes, para o mandato de 2021-2024; **O processo eleitoral 2021 seguirá o seguinte calendário:** - Inscrição de Chapas: ***30/03 até 08/04***; - Prazo para substituição de candidaturas impugnadas pela Comissão Eleitoral: ***09/04 até 12/04***; - Divulgação pela Comissão Eleitoral das Chapas registradas: ***18 horas do dia 12/04***; - Prazo para impugnação de candidaturas: ***13 a 19/04***; - Divulgação pela Comissão Eleitoral da listagem final de candidaturas que compõem as Chapas registradas: ***18 horas do dia 19/04***; - Prazo para o envio do Relatório da Diretoria, das demonstrações financeiras, da previsão orçamentária e do Parecer do Conselho Fiscal**: *dia 20/04***; - Prazo para os sócios inadimplentes acertarem os pagamentos em atraso: ***dia 23/04***; Outras informações importantes: -1- os associados em dia com suas mensalidades receberão – com antecedência - em seus e-mails ou número de telefone (WhatsApp) as instruções e os respectivos links para a teleconferênica Zoom (para usar no dia 29/04) e voto eletrônico (para usar no dia 30/04); -2- devido à pandemia, a sede da ABI encontra-se fechada, portanto toda a divulgação a que se refere esse Edital será publicado no site da instituição na internet **-** www.abi.org.br**;** -3- a inscrição de chapa e demais procedimentos junto à Comissão Eleitoral deverão ser realizados por mensagem eletrônica para o e-mail **eleicoes2021@abi.org.br**; -4- terminada a votação, às 20 horas do dia 30/04, terá início, imediatamente, a apuração dos votos e logo em seguida a proclamação dos resultados. Os associados poderão acompanhar esses eventos através da plataforma de teleconferências **Zoom**. Um link será disponibilizado aos associados em seus e-mails ou número de telefone (WhatsApp) com essa finalidade; -5- os casos não previstos neste Edital deverão ser resolvidos pela Comissão Eleitoral; -6- o estatuto e o regulamento eleitoral da ABI estão disponíveis no site da associação (**www.abi.org.br**), na aba "institucional/legislação"; Rio de Janeiro, 22 de março de 2021.
FICHEL DAVIT CHARGEL
Presidente do Conselho Deliberativo

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Premiações e seleção Sauvignon Blanc

Com este artigo, fecho a série sobre vinhos brancos, suas regiões e cepas, dentre as quais enfatizei a Sauvignon Blanc e sua rota mundial. É uma cepa que faz jus às honras, tanto que conta com um Concurso Mundial só para ela, o Concours Mondial du Sauvignon, realizado anualmente, desde 2010, para análise de amostras enviadas de vários países. O resultado do Concurso de 2021 acaba de ser publicado. Normalmente, a seleção conta com aproximadamente 70 jurados, representando 20 nações. A sessão de 2021 estava prevista para acontecer em Torres Vedras, Portugal, mas, em função da pandemia, ficou em sua cidade natal: Bruxelas, Bélgica. Há muitas premiações e eu restrinjo a citar aqui os premiados com Medalha de Ouro e Revelação. No entanto, todos podem ter acesso ao resultado completo pelo site cmsauvignon.com/en

Após a relação dos premiados que, em boa parte, podem não estar disponíveis no Brasil ainda, eu fiz uma seleção de rótulos degustados por mim e pelo especialista sommelier Jorge Júnior, sócio e colega de profissão nos negócios de vinhos. Nesta seleção, há vinhos de vários países e categorias, mas sempre preservando uma boa relação preço/qualidade. São aqueles vinhos que a gente vai anotando no caderninho. As safras citadas são as degustadas, mas pode ser que a disponível no mercado já seja outra. Neste caso, a relação também é longa e ficou impossível inseri-la no espaço reservado para a versão impressa. Então, coloquei aqueles campeões de qualidade, mas peço que visitem a minha coluna no portal Monitor Mercantil, para ter acesso à versão completa que inclui mais países e faixas de preço diferenciadas. Link para acesso: monitormercantil.com.br/categorias/vinho-etc

Concurso Mundial do Sauvignon 2021 – Revelações Ouro

Brancott Estate Letter Series B Sauvignon Blanc 2020 – Marlborough, NZ
Sauvignon Exclusiv 2019 – Trentino Alto Adige, Itália
Dvoracek Sauvignon Late Harvest Reserva 2015 – Moravie, República Tcheca
Sauvignon Blanc Ried Sernauberg Exzellenz 2018 – Steiermark, Áustria
Domaine de la Croix des Orbinières 2020 – Touraine, França
Château de L'Hoste Blanc Vieilles Vignes 2019 – Bordeaux, França
Peter Skoff Sauvignon Blanc Ried Kranachberg 2018 – Steiermark, Áustria
Château Favray 2020 – Pouilly-Fumé, Loire, França

Seleção particular de vinhos Sauvignon Blanc

Château du Nozay Sancerre Blanc 2017 – Loire, França
Point D'Orgues Sancerre Blanc 2013 – Loire, França
Sancerre Blanc Guy Saget 2016 – Loire, França
Craggy Range Sauvignon Blanc 2017 – Martinborough, Nova Zelândia
Grove Mill Sauvignon Blanc 2018 – Marlborough, Nova Zelândia
Hunter's Sauvignon Blanc 2018 – Marlborough, Nova Zelândia
Greywacke Wild Sauvignon 2009 – Marlborough, Nova Zelândia
Hess Select Sauvignon Blanc – North Coast, Eua
Casa Marin Sauvignon Blanc Cipreses 2019 – San Antonio, Chile
Ami Abreu Garcia Sauvignon Blanc 2018 – SC, Brasil
Guaspari Sauvignon Blanc Vale da Pedra 2018 – Serra do Sudeste, Brasil

Para saber sobre cursos e Wine Masters Class de Míriam Aguiar, visite miriamaguiar.com.br/blog – Instagram: @miriamaguiar.vinhos

59% dos idosos não compram remédios por falta de dinheiro

O mercado sênior vem chamando a atenção de muitos segmentos produtivos pelas perspectivas promissoras de negócios que envolvem esses consumidores. Mas, para um mercado em especial esse público tem grande importância: o farmacêutico. Para entender melhor os hábitos desse público dentro das farmácias, a Febrafar realizou por meio do Instituto Febrafar de Pesquisa e Educação Corporativa (Ifepec), o Estudo do Mercado Sênior nas Farmácias.

O estudo tem como objetivo entender melhor a atual realidade desse grupo etário quando o assunto é a sua saúde, a prevenção e os seus hábitos de consumo. E um dos principais resultados registrados foi o fato desse público ter como principal fator para a definição de uma farmácia o preço, sendo que 91% dos entrevistados apontaram esse item.

Na sequência, os demais fatores foram localização, para 64%, e estacionamento, para 63%, dos entrevistados, sendo que o entrevistado poderia optar por mais de uma opção. Participaram da pesquisa 2.200 consumidores com 50 anos ou mais e 300 cuidadores de idosos em todo o país.

Ponto muito relevante desse público é que a maioria (67%) costuma pagar os medicamentos que compram, prioritariamente. Já 29% retiram no SUS, posto de saúde ou Farmácia Popular e só para 4% os medicamentos são pagos por parentes.

A pesquisa também apontou que a falta de dinheiro impacta esse público, sendo que 59% dos 2.200 consumidores afirmaram que em algumas vezes deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro. Também se percebe que os entrevistados não possuem o costume de analisar preços, já que a maioria afirmou não ter pesquisado preços em outras farmácias, 73%.

Ainda como impacto dos preços, se observa que medicamentos genéricos, por serem geralmente mais baratos, foram os produtos mais adquirido pelos consumidores, com 66%, seguido por medicamentos de marcas (42%) e não medicamentos (27%), lembrando que os consumidores podem adquirir mais um tipo de produto por ida à farmácia.

Também se observa que se tem uma relutância desse público em utilizar serviços farmacêuticos, sendo que apenas 17% dos entrevistados afirmaram ter utilizado algum serviço do tipo nos últimos 90 dias.

Além disso, mesmo com a necessidade de isolamento social, 91% desses consumidores afirmaram que realizam compras de forma presencial. Já compras por WhatsApp ou APPs são utilizadas por 16% dos participantes, 14% usam telefones e apenas 4% sites.

Reajustes no preço de medicamentos podem ser o maior desde 2016

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) publicou na última segunda o valor do Fator Y, um dos componentes da equação que determina o índice de reajuste anual dos preços de medicamentos. Essa variável traduz aspectos econômicos externos ao mercado farmacêutico, como custo dos insumos no mercado em geral (energia elétrica, por exemplo) e variação cambial. Quanto maior o Fator Y, maior o percentual repassado aos consumidores.

Neste ano, de acordo com a resolução da Cmed, a variável será de 4,88%. Somando-se o Fator Y ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre março de 2020 e fevereiro de 2021, ainda a ser confirmado pelo Ministério da Economia, e subtraindo o Fator X, que traduz o ganho de produtividade da indústria e foi fixado em 3,29% para o ano de 2021, é provável que o valor máximo dos reajustes fique acima de 6% – o maior desde 2016. A publicação oficial do índice pela Cmed deve ocorrer no dia 15 de abril

Desde que a fórmula foi criada, em 2002, o Fator Y foi de 0% em quase todos os anos, com apenas duas exceções. O anúncio deste ano chamou atenção não só pelo valor, mas também por ocorrer em meio à crise de abastecimento de medicamentos usados para o enfrentamento à Covid-19.

De acordo com ofício enviado nesta semana pelo Fórum de Governadores do Nordeste ao Ministério da Saúde, pelo menos 18 estados têm estoques no limite. A mesma pressão é observada no setor privado: segundo levantamento do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (SindHosp), alguns medicamentos usados na UTI tiveram aumento de até 900%, como é o caso do rocurônio, um relaxante muscular usado facilitar a intubação e a respiração artificial.

Além de impactar as grandes compras públicas e privadas, o aumento no preço dos medicamentos pode ter um efeito nefasto no orçamento das famílias – já pressionadas pela crise econômica e por outros gastos de saúde. Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), é muito provável, inclusive, que os aumentos sentidos pelos consumidores sejam percentualmente mais altos que o valor a ser anunciado pela Cmed, já que há uma distância entre os preços estipulados pelo órgão e os valores praticados na farmácia.

"A tabela da Cmed é uma ficção porque o preço estabelecido logo na chegada de um novo produto farmacêutico ao país é, na maior parte das vezes, artificialmente alto. Na prática, isso significa que o preço que pagamos na farmácia depende dos supostos descontos aplicados pelas empresas – e isso faz com que os valores possam variar duas, três ou quatro vezes e, ainda assim, estar dentro dos limites da regulação", explica Ana Carolina Navarrete, coordenadora do Programa de Saúde do Idec.

Geribá Empreendimentos e Participações S/S Ltda.
CNPJ nº 04.911.824/0001-74
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

DATA, HORA E LOCAL: Ao 16º dia do mês de março de 2021, às 14:30 horas, na sede social da **GERIBÁ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/S LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 34º e 35º andares, CEP 04551-060 (a "Sociedade"). **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 1.072, §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **PRESENÇAS:** Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **(i) BLUE BAY GLOBAL SERVICES CORPORATION**, sociedade constituída e regida pelas leis das Ilhas Virgens Britânicas, com sede social localizada em Sea Meadow House, Blackburne Highway, P.O. Box 116, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 07.821.284/0001-26, neste ato representada por sua procuradora **Luzia Kazue Sado**, qualificada abaixo ("Blue Bay"), detentora de **0,497%** do capital social da Sociedade; **(ii) LUZIA KAZUE SADO**, brasileira, separada, administradora de empresas, portadora de Cédula de Identidade RG nº 9.040.791-X (SSP-SP), inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob nº 029.663.758-09, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arnoldo Baldoino Welter, nº 95, apartamento 31, CEP 04310-070 ("Luzia"), detentora de **0,0005%** do capital social da Sociedade; e **(iii) RKPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.102.887/0001-21, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 35º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, neste ato representada na forma do seu contrato social por **Roberto André Sandel Korall**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 4.330.633-0 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME 034.813.978-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Veiga Filho, 259, apartamento 81, CEP 01229-001 ("RKPAR"), detentora de **99,5025%** do capital social da Sociedade, todos doravante individualmente referidos como "Sócio" e, em conjunto, como "Sócios"; **MESA:** Presidente: **Roberto André Sandel Korall**. Secretária: **Luzia Kazue Sado**. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** Os sócios aprovaram, **por unanimidade e sem ressalvas**, a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, passando dos atuais R$ 15.075.000,00 (quinze milhões e setenta e cinco mil reais), dividido em 15.075.000 (quinze milhões e setenta e cinco mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, para R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), dividido em 75.000 (setenta e cinco mil) quotas, representando uma redução efetiva, portanto, de **R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, com o consequente cancelamento da totalidade das **15.000.000 (quinze milhões)** de quotas representativas do capital social da Sociedade detidas pela sócia **RKPAR**, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. A redução de capital será feita mediante compensação de crédito detido pela Sociedade contra a sócia **RKPAR**, no valor total de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com o valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) que lhe seria devido em decorrência da redução de capital. Como consequência da redução de capital e do cancelamento da totalidade das quotas por ela detidas, a sócia **RKPAR** retirar-se-á da Sociedade após decorrido o prazo legal para eventual oposição de credores quirografários previsto no Artigo 1.084, §1º do Código Civil. Para fins do disposto no artigo 1.084 do Código Civil, deverá ser efetuada a publicação da presente ata para que produza seus efeitos legais. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias contado da publicação desta ata para oposição de credores quirografários esta ata deverá ser levada a registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas correspondente, juntamente com a respectiva alteração do contrato social. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a sessão, do qual lavrou-se a presente ata assinada pelos sócios da Sociedade, pelo Presidente e pelo Secretário. São Paulo, 16 de março de 2021. **Mesa: ROBERTO ANDRÉ SANDEL KORALL** - Presidente; **LUZIA KAZUE SADO** - Secretário. **Sócios: BLUE BAY GLOBAL SERVICES CORPORATION** - Por: Luzia Kazue Sado - Cargo: Procuradora; **RKPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.** - Por: Roberto André Sandel Korall - Cargo: Administrador; **LUZIA KAZUE SADO.**

Maori Holding S.A. - CNPJ/ME nº 18.003.121/0001-52 - NIRE 35.300.461.410
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 12.03.2021

Data, Hora, Local: 12.03.2021, às 11 hs, na sede, Rua Casa do Ator, nº 559, sala 07, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Eduardo Oliveira Martins Pachi, Presidente; Dayse Assunção Souto, Secretária. **Deliberações Aprovadas: (i)** a redução do capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social, de R$84.221.947,00 para R$77.321.947,00, totalizando, portanto, uma redução de R$6.900.000,00, com o cancelamento, após o decurso do prazo legal, de 6.900.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mediante a restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social e em moeda corrente nacional, do valor total equivalente a R$6.900.000,00. Esta redução de capital social somente se tornará efetiva e o montante de capital apenas será restituído aos acionistas após o decurso do prazo de 60 dias previstos no artigo 174 da Lei das S.A., que terá início na data de publicação da presente ata. Transcorrido o referido prazo sem qualquer oposição de credores, será o presente instrumento levado a registro perante a JUCESP, ficando a Diretoria plenamente autorizada a praticar todos os atos necessários a formalização e execução desta deliberação; **(ii)** A modificação do Artigo 5º do Estatuto Social: *"Artigo 5º O capital social da Companhia é de R$77.321.947,00, dividido em 115.488.685 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 12.03.2021. **Acionistas**: Carlos Roberto Wizard Martins, Vânia de Campos Pimentel Martins. BRV Camaçari 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda. - p. Eduardo Oliveira Martins Pachi, Barão Vermelho Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Com um novo idioma,
o mundo se abre para você.
Visite www.babbel.com e comece
a aprender um novo idioma hoje.
Babel
language group

Micros criaram 75% dos empregos formais em janeiro

As micro e pequenas empresas (MPE) lideraram a geração de empregos em janeiro, criando aproximadamente 195,6 mil vagas, o que corresponde a cerca de 75% do total de 260.353 empregos formais registrado no mês.

Os números constam de relatório elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base nos dados de janeiro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado também é quase o dobro do número de empregados gerado pelo segmento no mesmo mês do ano passado.

Este é o sétimo mês consecutivo em que os pequenos negócios lideraram a geração de postos de trabalho no país. O relatório mostra ainda que as médias e grandes empresas (MGE) também registraram saldo positivo na geração de empregos. Foram 668.257 admissões contra 626.653 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 41.604 empregos. Esse número equivale a 15,9% do total de empregos gerados no Brasil.

"Nos últimos seis meses, os pequenos negócios apresentaram saldo total de 1,1 milhão de novos empregos contra 385,5 mil novos postos de trabalho criados pelos médios e grandes. No último mês de janeiro, os setores que mais contribuíram para os saldos positivos foram serviços, indústria de transformação e construção. Esses resultados valem tanto para as MPE quanto para as MGE", informou o Sebrae.

O relatório mostra ainda que a divergência ocorreu no setor do comércio. Enquanto as micro e pequenas apresentaram saldo positivo de 27,4 mil, as médias e grandes tiveram saldo negativo de 21,3 mil vagas.

Em janeiro, a Região Centro-Oeste apresentou o maior saldo - 17,26 novas vagas geradas a cada mil empregados, fechando janeiro com 55.795 empregos. A Região Sul vem em seguida, com 14,24 empregos novos por mil empregados e fechando janeiro com 55.795 empregos. Depois vem o Nordeste, com 11,68 empregos a cada mil empregados, totalizando 36.037 empregos. A Região Norte gerou 6.656 empregos, um saldo de 7,73 empregos por mil empregados e o Sudeste ficou com saldo de 7,09 a cada mil empregados, com 67.957 empregos gerados no mês.

Em janeiro deste ano, as cinco unidades da Federação que proporcionalmente mais geraram empregos foram Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Roraima e Rio Grande do Norte. Todos esses estados geraram pelo menos 17 novos empregos a cada mil postos de trabalho já existentes.

Os estados que proporcionalmente menos geraram empregos foram São Paulo, Minas Gerais, Amapá, Rondônia, Rio de Janeiro e Amazonas. Com exceção do Amazonas, que apresentou saldo negativo, os demais geraram menos que sete novos empregos a cada mil postos de trabalho

---

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30 - NIRE - 33 30014041-7

Convocação - Reunião do Conselho de Administração

Na condição de Presidente do Conselho de Administração de INDÚSTRIAS GRANFINO S. A., e de conformidade com as atribuições deste conselho, CONVOCO. Os demais Senhores Conselheiros para á Reunião a ser realizada no dia 28 de Abril de 2021 ás 16:00 horas, na sala da Presidência, a fim de tratar da seguinte pauta: 1. Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração dos resultados do exercício e outras Demonstrações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; 2. Aprovação dos Dividendos Propostos; 3.Fixação dos Honorários dos Administradores. 4. Outros assuntos de Interesse Geral. Nova Iguaçu 18 de Março de 2021.

Silvia Maria Soares Coelho Lantimant
Presidente do Conselho de Administração

DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DA CAPITAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Rafaella Avila de Souza Tuffy Felippe - Juiz em Exercício do Cartório da 15ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av Erasmo Braga, 115 2º Pav. 233C-235-237 CEP: 20210-030 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2385 e-mail: cap15vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - Inadimplemento, de nº 0094727-31.2009.8.19.0001 (2009.001.095000-6), movida por MARTHA MARIA HUE RIBEIRO LESSA em face de JOSÉ GERALDO LEMOS, objetivando ´INTIMAÇÃO´. Assim, pelo presente edital INTIMA o réu JOSÉ GERALDO LEMOS, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, PARA PAGAMENTO DO DÉBITO conforme art 513, $2, IV DO CPC. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, oito de fevereiro de dois mil e vinte e um . Eu, Marcia Almeida da Fonseca - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/26059, digitei. E eu, Tarcisio de Albuquerque Rocha - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/23620, o subscrevo.

ÍNTEGRA - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA EM INTEGRIDADE DE EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ 02.804.589/0001-06 / NIRE: 33.4.0003086-9
Estr. do Engenho D'Água, 1210 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

O Diretor Presidente da **ÍNTEGRA – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA EM INTEGRIDADE DE EQUIPAMENTOS LTDA**, com sede na Estrada do Engenho D'Água, 1210 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22765-240, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos os cooperados em conformidade com a Legislação em vigor e do seu Estatuto Social para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **modalidade virtual** no dia 30 de março de 2021, às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios, às 18:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais um dos sócios, ou ainda, às 19:00 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) sócios, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: I- Prestação de contas do exercício de 2010, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço; c) Demonstrativo das sobras ou perdas apuradas no exercício; II- Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; III - Eleição do Conselho Fiscal; IV- Assuntos de interesse social. Para efeito de quórum, a cooperativa possui nesta data 19/03/2021 o nº de 25 (vinte e cinco) sócios em dia com suas obrigações. Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

Teófilo Antônio de Sousa - Diretor Presidente.

ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os associados da **ABBR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO**, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, com base no artigo 17 do Estatuto, a realizar-se na Rua Jardim Botânico, 660, Jardim Botânico – Rio de Janeiro, no dia 09/04/2021, às 10:30 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas em segunda, para deliberar sobre as seguintes matérias: a) Análise do Relatório do Conselho Deliberativo, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Relatório de Atividades do exercício de 2020, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria; b) Assuntos Gerais. **Observação:** Em decorrência do cumprimento das regras sanitárias na prevenção do Coronavírus – COVID-19, a Assembleia Geral Ordinária será realizada de forma "híbrida", com participação presencial e virtual (por videoconferência) no Auditório da ABBR. No local será observado o distanciamento, uso de máscaras e álcool em gel. O acesso virtual poderá ser através dos aparelhos de telefone celular, "tablet" ou computador. O código ("link") para acesso à transmissão virtual será informado nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2021 por "WhatsApp" e e-mail. Rio de Janeiro, 12 de março de 2021. Deusdeth Gomes do Nascimento. Presidente Voluntário do Conselho Deliberativo.

MAISON D'AMOUR EMPRESA HOTELEIRA LTDA.
CNPJ/ME Nº 31.147.994/0001-05 - NIRE Nº 33.2.0148497-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os Senhores Sócios de MAISON D'AMOUR EMPRESA HOTELEIRA LTDA. ("Sociedade") convidados a se reunirem para Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada **de forma digital**, no dia **26 de março de 2021**, **às 11h**, a fim de deliberar sobre a destituição dos atuais administradores da Sociedade e a eleição de novo administrador não sócio. Os sócios quotistas receberão o link de acesso à reunião digital mediante solicitação dos referidos dados à Sra. Elisabete Pedro através do telefone (21) 2573-6633 ou e-mail hotelshow1@gmail.com. Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

Maison D'amour Empresa Hoteleira Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de vinte dias

O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) Mario Cunha Olinto Filho - Juiz Titular, do Cartório da 2ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Luiz Carlos Prestes, s/nº 2º andar CEP: 22775- 055 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3385-8700 e-mail: btj02vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços / Direito Civil, nº **0033245-25.2018.8.19.0209**, requerida por CASA DO CONSTRUTOR E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, em face de BEOWULS GAMES E LANCHES LTDA (JEITO GAÚCHO). Assim, pelo presente edital, **CITA** o executado **BEOWULS GAMES E LANCHES LTDA (JEITO GAÚCHO) - CNPJ**: **08.661.602/0001-00**, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 3 (três) dias efetuar o pagamento da quantia de **R$ 4316,91** ou nomear bens à penhora, sob pena de lhes serem penhorados tantos bens quantos bastarem para garantia do débito. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 24 de julho de 2020. Eu, Silvana Vasconcellos - Analista Judiciário - Matr. 01/18829, digitei. E eu, Luciane Saintive Barbosa - Responsável pelo Expediente - Matr. 17434, o subscrevo.

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30 - NIRE - 33 30014041-7

Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em *Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,* na sede da Empresa, à Rua Oscar Soares nº 1525, nesta cidade de Nova Iguaçu, no dia 28 de Abril de 2021, às 16:00 horas a fim de deliberarem sobre os Seguintes assuntos: 1. Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração dos resultados do exercício e outras Demonstrações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; 2. Aprovação dos Dividendos Propostos; 3. Fixação dos Honorários dos Administradores. 4. Outros assuntos de Interesse Geral.
Nova Iguaçu, 18 de Março de 2021. **Renata Baroni Coelho** - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO E AGE DA CTTC RJ.
CONVOCA TODOS OS ASSOCIADOS PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA E QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2021, NA NOSSA SEDE NA AV. ALVARES DA ROCHA, 415 BLOCO 32 AP 106 ENGENHO DA RAINHA-RJ ÁS 11:00HS, A PRIMEIRA CHAMADA SERÁ ÁS 08:30HS, E EM SEGUNDA CHAMADA ÁS 09:30 HS, EM TERCEIRA E ÚLTIMA CHAMADA ÁS 10:30 HS. SENDO NECESSÁRIO A PRESENÇA DE METADE +1 DOS COOPERADOS E EM CONVOCAÇÃO ÁS 11:00HS C/ A PRESENÇA MINIMA DE 10 COOPERADOS. A PAUTA SERÁ A SEGUINTE: AGO: 1º Eleição de Diretoria do Conselho de Administração; 2º Alterar Razão Social e Inclusão do Nome fantasia; 3º - Ratificar o texto de Objetivos Sociais e Compatibilização com CNAE'S; 4º- Alteração na Distribuição de Lucro no Capital; 5º- Assuntos Gerais; AGE; 1º Como serão incluídos os veículos na frota da CTTC RJ LEÃO BR ;2º Determinar como será o representante de cada Estado da CTTC RJ LEÃO BR;3º- Distribuição de combustível, em território nacional; 4º- Inclusão de cooperados pessoa física e jurídica; 5º- Exclusão de cooperados e 6º- Assuntos Gerais.

PRESIDENTE
FLÁVIO MORAES DA SILVA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DA COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO TERMINAL RODOVIÁRIO NOVO RIO LTDA - NOVO RIO COOP
CNPJ 07.135.139/0001-91 - NIRE 33400045637

O Presidente da COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO TERMINAL RODOVIÁRIO NOVO RIO LTDA - NOVO RIO COOP, com sede na Rua Santo Cristo, 259 - Sobrado - Santo Cristo - RJ, convoca todos os cooperados, em conformidade com a Legislação em vigor e do seu Estatuto Social, para Assembleia Geral Ordinária Digital, a ser realizada no dia **31/03/2021**, em razão da pandemia e para evitar aglomeração, assembleia ocorrera em formato digital, modalidade está amparada pela lei 14030 de 28 de julho de 2020, os cooperados poderão participar e se manifestar e votar a distância utilizando link que será disponibilizado, com primeira convocação às 07:00 horas, com presença de 2/3 do número de cooperados, em segunda convocação às 08:00 horas com presença de metade mais um dos seus cooperados e em terceira e última convocação às 09:00 horas com presença mínima de 10 cooperados, para tratar da seguinte Ordem do Dia: **1- Alteração de endereço da sede; 2-Eliminação de cooperados; 3- Revisão do pró-labore da Diretoria, do Conselho fiscal, do Conselho de ética e disciplina e do diretor do FAMCOOP; 4- Eleição para Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Disciplina e Diretor do FAMCOOP; Na ausência de candidatos para o Conselho de Administração será formado uma junta governativa 5- Prestação de conta do biênio 2019/2020 e relatório do Conselho Fiscal e parecer do Conselho de Administração -** Para efeito de quórum a NOVO RIO COOP possui 215 cooperados nesta data. Rio de Janeiro, 20 de março 2021.

Robson Lopes de Souza - Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIGITAL DE COOPERADOS DA DATA COOP - COOPERATIVA DE TRABALHO DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS, ARQUIVISTAS E ANALISTAS DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ/MF n.º 01.596.552/0001-77, NIRE 33.4.00.01557-6.

A Presidente da DATACOOP, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social e nos termos do art. 43-A, da Lei Federal nº 5.764/1971 e art. 11 da Lei Federal 12.690/2012, convoca todos os 17 (dezessete) sócios em dia com suas obrigações, para participarem da Assembleia Geral Ordinária e EXTRAORDINÁRIA à Distância, na modalidade Digital (AGO Digital), a realizar-se no dia **30/03/2021,** exclusivamente, através da plataforma "Jitsi", pelo sistema Tavola, sistema de assembleias online desenvolvido pela LT na plataforma NextCloud para realização de cadastro e votações de pauta, visualização de resultado de votações e ingresso na sala, conforme instruções adiante expostas, instalando-se, em primeira convocação, às 17hs, com a presença de 2/3 (dois terços) desses sócios; em segunda convocação, às 18hs, com a presença de metade mais 1 (um) desses sócios e em terceira e última convocação, às 19hs, com presença de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1 - Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2020; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; d) parecer do Conselho Fiscal. 2 - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, na primeira hipótese, as reservas legais obrigatórias. 3 – Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. 4 - Fixação do valor do pró-labore dos membros do Conselho de Administração e da cédula de presença dos do Conselho Fiscal; Em Assembleia Geral Extraordinária 1 – 1- Ratificação de Plano de Gestão de Direitos Sociais, Societários e Operacionais, incluindo-se aspectos relacionados à gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios; planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados; e organização do trabalho; consoante pauta obrigatória prevista no artigo 11, caput da Lei Federal nº 12.690/2012; 2 – Ratificação da autorização para a Datacoop realizar contratos e operações em nome próprio à conta de seus sócios e a autorização para participar de licitações e firmar em nome próprio, mas a conta de seus cooperados contratos, convênios e acordos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado; 3 – Ratificar que o modelo de gestão da Data Coop: a) contempla a execução autônoma pelos cooperados, sem existência de subordinação entre a Direção e os cooperados b) é operacionalizada de forma compartilhada ou em rodízio pelos cooperados de acordo com o objeto da contratação, conforme determinado no Art. 68 da Lei 8.6666, de 1993, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição; 4 – Aprovação de adesão de Amanda Pernambuco Reggiori Vidal; 5 – Integralização de cotas-partes dos cooperados Francisca Airla Ferreira Peres, Osvaldélia de Jesus Santos Coutinho da Silva e Maíse de Sá Cavalcante; 6 – Ratificação da função do Coordenador de Projetos. Para fins legais, define-se a Avenida Presidente Vargas, nº 509, 19º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-003, sede da cooperativa, como local de realização da assembleia à distância. ORIENTAÇÕES E INFORMAÇÕES: 1. As informações e instruções para participação da assembleia geral ordinária na modalidade digital estarão disponíveis no sítio: tavola.lt.coop.br/ 2. Visando assegurar a plena e segura participação dos sócios, A habilitação de cooperados a participarem da assembleia se dará pela ativação de conta na plataforma com usuário e senha e aceite do termo de uso e entrada na sala de videoconferência. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

Osvaldélia de Jesus Santos Coutinho da Silva
Diretora-Presidente.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
CNPJ nº 09.114.805/0001-30 - NIRE 33.3.0031011-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE DEBÊNTURES DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Debenturistas", "Emissão", "Debêntures" e "Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da OceanPact Serviços Marítimos S.A.*", celebrado em 25 de setembro de 2020 ("Escritura de Emissão"), a se reunirem, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada **de forma exclusivamente remota e digital, por videoconferência online, na plataforma Microsoft Teams, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados,** em primeira convocação, no **dia 26 de março de 2021, às 10:00 horas**, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com a redação dada pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, e do artigo 3º, parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625"), será considerada como realizada na sede da Emissora, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, 122, salas 801 e 802 (10º Pavimento) e salas 901 e 902 (11º Pavimento), CEP: 20.241-180, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i).** Não declaração do vencimento antecipado das Debêntures tendo em vista o descumprimento pela Emissora do prazo para iniciar o recebimento do fluxo dos Recebíveis (conforme definido na cláusula 4.2.1.2 do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Certificados de Depósito Bancário em Garantia e Outras Avenças*" celebrado em 28 de setembro de 2020 pela Emissora, Agente Fiduciário e Banco BOCOM BBM S.A., conforme alterado, "Contrato de Cessão Fiduciária") na Conta Vinculada (conforme definida na Escritura de Emissão) até 26 de fevereiro de 2021 ("Prazo") nos termos da Cláusula 6.2.1 (m) da Escritura de Emissão, sendo certo que a Cessão Fiduciária de CDBs (conforme definido na Escritura de Emissão) perdurará até o início do recebimento do fluxo dos Recebíveis na Conta Vinculada, nos termos da cláusula 4.23.1.2 da Escritura de Emissão e 2.1.5 do Contrato de Cessão Fiduciária; **(ii)**. Caso os Debenturistas deliberem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures em relação ao item (i) acima, autorização da prorrogação do Prazo para 26 de maio de 2021, com a finalidade de que seja iniciado o recebimento do fluxo dos Recebíveis na Conta Vinculada; **(iii).** Autorização da cessão pela Emissora à Maraú Navegação Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.052.879/0001-37, sociedade controlada pela Emissora, ("Maraú"), do Contrato de Afretamento nº 5900.0114608.20.2 ("Cessão do Contrato de Afretamento"), de modo a aditar à Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o "*Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário*" celebrado em 29 de setembro de 2020 pela Emissora, Agente Fiduciário e Banco BOCOM BBM S.A. ("Contrato de Depositário") para substituir a Emissora, como cedente dos Recebíveis, pela Maraú, tendo em vista a Cessão do Contrato de Afretamento, bem como de todas as alterações necessárias para realização desta substituição e plena validade e eficácia da Cessão do Contrato de Afretamento, incluindo, mas não se limitando, a formalização da cessão junto ao devedor dos Recebíveis, bem como da alteração do contrato social da Maraú para que seja possível a cessão dos Recebíveis em favor da Emissora, conforme documentos a serem apresentados pela Emissora na assembleia, em concordância com as matérias a serem tratadas na Ordem do Dia; **(iv).** Autorização da outorga de fiança, em garantia das obrigações assumidas pela Emissora junto aos Debenturistas, pela Maraú ("Fiança da Maraú"), bem como realizar todas as alterações necessárias para inclusão da Maraú como fiadora na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a formalização desta fiança junto a Maraú, a qual deverá prestar a fiança de acordo com os termos dispostos na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à renúncia aos benefícios de ordem, aos direitos e faculdades de exoneração conforme disciplinado na cláusula 4.23.2.6. da Escritura de Emissão, bem como a alteração do contrato social da Maraú para que seja possível a outorga de fiança em garantia das obrigações assumidas pela Emissora junto aos Debenturistas, conforme documentos a serem apresentados na assembleia, em concordância com as matérias a serem tratadas na Ordem do Dia; **(v).** Autorização da cessão fiduciária adicional pela Emissora, em favor dos Debenturistas, de novos Certificados de Depósito Bancário, com liquidez diária, sem multa de pré-pagamento, com prazo de vencimento igual a Data de Vencimento das Debêntures (conforme definida na Escritura de Emissão) e de titularidade da Emissora ("Cessão Fiduciária Adicional" e "Novos CDBs", respectivamente), no valor de R$8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo que a integralidade dos Novos CDBs deverão estar custodiados integralmente no Banco Alfa de Investimento S.A., inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.770.336/0001-65; **(vi).** Autorização para inclusão de obrigação adicional da Maraú na Escritura de Emissão, além daquelas que já serão previstas caso os Debenturistas deliberem aceitar a Maraú como nova cedente dos Recebíveis, conforme item (iii) acima, e em autorizar a outorga da Fiança da Maraú, conforme item (iv) acima, para não conceder preferência a outros créditos, contratar novas dívidas e/ou prestar novas garantias reais ou fidejussórias, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas, conforme aditamento à Escritura de Emissão que será apresentada na assembleia e que deverá ser anexada à ata; **(vii)**. Caso os Debenturistas deliberem por prorrogar o Prazo de início do recebimento dos Recebíveis na Conta Vinculada, conforme item (ii) acima, aceitar a Maraú como nova cedente dos Recebíveis, conforme item (iii) acima, aceitar a outorga da Fiança da Maraú, conforme item (iv) acima, aceitar a Cessão Fiduciária Adicional dos Novos CDBs, conforme item (v) acima, e autorizar a inclusão de obrigação adicional da Maraú na Escritura de Emissão, conforme item (vi) acima, autorizar o aditamento, conforme documentos que serão apresentados na assembleia e que deverão ser anexados à ata, (a) à Escritura de Emissão para alterar, incluindo, mas não se limitando, as cláusulas 4.23.1.2 e 6.2.1 (m); (b) ao Contrato de Cessão Fiduciária, para alterar, incluindo, mas não se limitando, as cláusulas 2.1.(c), 4.2.1.2, 5.2; (c) ao Contrato de Depositário para alterar, incluindo, mas não se limitando, as cláusulas 1.1., 2.4. e 2.5.3; em todos os casos para refletir: (1) a prorrogação do prazo para início do pagamento dos Recebíveis na Conta Vinculada; (2) a substituição da Emissora pela Maraú na posição de Cedente dos Recebíveis; (3) alteração dos dados da Conta Vinculada; (4) a outorga da Fiança da Maraú; (5) a Cessão Fiduciária Adicional dos Novos CDBs; e (6) a inclusão de obrigação adicional da Maraú na Escritura de Emissão; e **(viii).** Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realização de todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas acima. **Informações Adicionais**: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital através do sistema eletrônico ***Microsoft Teams***, com link de acesso a ser **disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem para o endereço eletrônico ri@oceanpact.com,** com cópia para o endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, na forma do disposto no artigo 4º, §1º, da Instrução CVM 625, os seguintes documentos: (i) Pessoa física: documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG),a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iii) Fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Caso qualquer um dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. Os Debenturistas poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos **ri@oceanpact.com** e **contencioso@pentagonotrustee.com.br**, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website **https://oceanpact.com/oceanpact/governanca/**. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito a presente convocação e das matérias da AGD.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

Governança nas startups pode atrair mais investimentos

"A adoção de boas práticas de governança corporativa proporciona melhor gerenciamento de riscos, maior transparência de informações financeiras, sistema de compliance mais robusto e maior alinhamento das diretrizes e políticas entre os stakeholders", afirma o sócio fundador da BR Rating, Marcos Rodrigues.

A governança corporativa é uma obrigação nas grandes corporações. Mas no universo das startups, empresas novas e pequenas, mas com alta probabilidade de se tornarem gigantes, esse conceito ainda não é tão propagado. É muito comum o empreendedor gerir seu negócio visando apenas os resultados financeiros necessários para a empresa crescer, lucrar e dar o retorno almejado pelos investidores.

Os especialistas da BR Rating - primeira agência de classificação de risco e avaliação dos sistemas de governança corporativa do Brasil - afirmam que o surgimento de mais e mais startups em um cenário econômico de dificuldades, faz com que os investidores avaliem com muito mais cautela onde aportar seus recursos.

Ter retorno é importante, mas colocar dinheiro em uma empresa cuja gestão é falha representa um risco alto, que ninguém quer correr. Por essa razão, para essas empresas, a implantação de um modelo administrativo baseado nos conceitos da governança corporativa pode ser o diferencial no momento em que é preciso captar recursos.

"A governança corporativa é uma matriz institucional que estrutura as relações entre sócios, conselhos, órgãos de controle, diretoria e partes interessadas, e que determina e monitora os objetivos perseguidos pela organização. A adoção dessa prática é fundamental", explica Marcos Rodrigues.

O também sócio fundador da BR Rating, Olavo Rodrigues, diz que esses aspectos contribuem para o aumento da confiança dos investidores e redução de risco, o que beneficia o valor da organização e sua melhor classificação de crédito.

Consultorias

A maioria dos criadores de startups não têm ideia de como implantar um modelo de governança corporativa. É mais comum, nesse segmento, que os empreendedores se preocupem com seu público-alvo, com a inovação, mas não com outros pontos importantes como os cuidados necessários para mitigar riscos do empreendimento, evitar problemas societários e assegurar competências necessárias para entregar o produto idealizado, dentre outros.

É nesse contexto que existem empresas como a Play Studio, consultoria de inovação e venture builder, que além de trabalhar para viabilizar captações de recursos, atua como gestora de startups. Seu trabalho, baseado nos conceitos da governança corporativa, contribuem para que os investidores tenham a confiança necessária nas startups, pois há um gestor profissional por trás. A Play procura dar robustez às startups que ela apoia, através de consultoria que alavanca os processos, gestão e a governança dos negócios.

"A Play entra para organizar a startup, definindo sua estratégia de crescimento. Isso atrai o interesse do investidor anjo, pois ele conta com parâmetros sólidos de avaliação que só é possível obter quando a empresa tem a governança implantada", explica o sócio-diretor da Play Studio, Romulo Perini.

A Hurst Capital, maior plataforma de investimentos alternativos da América Latina, é um exemplo de empresa que se beneficiou do modelo de governança. Por ser gerida dentro dos parâmetros exigidos pelo mercado, a Hurst não só cresceu como também adquiriu duas startups. Uma delas é a Watermelon, proprietária do App Renda Fixa, e a outra a Dividendos. ME, aplicativo para controle de investimentos em renda variável. Ambos serviços complementares aos produtos oferecidos pela Hurst.

"O ambiente baseado na governança foi essencial para captarmos os recursos necessários ao nosso crescimento. E a partir daí, quando iniciamos o processo de aquisições, optamos por escolher empresas que complementassem nosso negócio, mas que também atendessem ao mesmo conceito de gestão, como ocorre com essas duas", afirmou o CEO da Hurst, Arthur Farache.

Petrobras inicia fase vinculante de campos de produção terrestres

A Petrobras começou a fase vinculante referente à venda da totalidade de suas participações em um conjunto de 28 concessões de campos de produção terrestres, localizadas na Bacia do Recôncavo e Tucano, no estado da Bahia, denominados conjuntamente de Polo Bahia Terra. O comunicado foi feito nesta sexta-feira.

A estatal disse que os potenciais compradores habilitados para essa fase receberão carta-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento, incluindo orientações para a realização de due diligence e para o envio das propostas vinculantes.

"Essa operação está alinhada à estratégia de otimização de portfólio e melhoria de alocação do capital da companhia, passando a concentrar cada vez mais os seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultra profundas, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos", frisou a petroleira. O Polo Bahia Terra compreende 28 concessões de produção terrestres, localizadas em diferentes municípios do estado da Bahia e acesso à infraestrutura de processamento, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural.

Adicionalmente, o polo possui estações coletoras e de tratamento, parques de estocagem e movimentação de petróleo, gasodutos e oleodutos, além da UPGN Catu e outras infraestruturas associadas ao processo produtivo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DA SOCIEDADE COOPERATIVA COOPBEAUTY
CNPJ: 29.315.410/0001-03/NIRE: 33.4.0005615-9

A Presidente da Sociedade Cooperativa COOPBEAUTY, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem das Assembleias Gerais Extraordináriae Ordinária, a serem realizadas em nossa sede, porém, não havendo a condição do acontecimento na própria sede devido aoCORONAVÍRUS (COVID-19), será on-line no dia 31 de março de 2021, em primeira convocação às 09h00min com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h00min com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária: Extraordinária: 1. Entrada e Saída/Renuncia de Cooperados. 2. Alteração na Área de Atuação da Sociedade Cooperativa Ordinária: 1. Prestação de Contas do Exercício Social do Ano de 2020; 2. Relatório de Gestão; 3. Balanço Patrimonial; 4. Demonstração das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício do Ano de 2020; 5. Destinação das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício do Ano de 2020; 6. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal 2021/2022. Rio de Janeiro/RJ, 21 de março de 2021.

CARLOS MURILLO CORREIA TEIXEIRA
DIRETOR PRESIDENTE

ÁQUILA EVEN RIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ: 10.453.237/0001-81
Demonstrações Financeiras - Período referente 2019

Balanço Patrimonial

Ativo	2019	Passivo	2019
Ativo Circulante	**94.354.610**	**Passivo Circulante**	**27.645.405**
Disponível	2.958.230	Fornecedores	7.688
Imóveis destinados à venda	91.335.696	Obrigações trabalhistas e tributárias	91.006
Adiantamento a fornecedores	60.684	Contas a pagar	2.154.142
Ativo não Circulante	**25.500**	Antecipação de clientes	23.899.096
Realizável a longo prazo	**25.500**	Débitos com pessoas ligadas	5.835
Depósitos Judiciais	25.500	Provisão de Distrato	1.096.045
Investimento	**-**	Provisão para Manutenção de Obras	391.593
Imobilizado	**-**	**Passivo não Circulante**	**384.224**
Intangível	**-**	**Exigível a longo prazo**	**384.224**
Diferido	**-**	Provisão para manutenção - LP	384.224
		Participação Sócios Minoritários	**-**
		Patrimônio Líquido	**66.350.481**
		Capital Social	63.481.707
		Lucros / Prejuízos Acumulados	14.616.231
		Distribuição de Lucros	(3.180.000)
		Resultado líquido do exercício	(8.567.456)
Total do Ativo	**94.380.110**	**Total do Passivo**	**94.380.110**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2019
Receita da Venda de Imóveis	17.958.867
(-) Impostos incidentes sobre Vendas	(1.712.621)
Receita de Vendas de Imóveis	**16.246.246**
(-) Custo dos imóveis vendidos	(23.615.947)
(=) Resultado da venda de imóveis	**(7.369.701)**
Receitas da Prestação de Serviços	**-**
Receita líquida da prestação de serviços	**-**
(=) Resultado Bruto	**(7.369.701)**
(+/-) Despesas e receitas operacionais:	
Despesas administrativas	(5.994)
Despesas comerciais	(3.387.673)
Despesas tributárias e não dedutíveis	(77.634)
Despesas financeiras	(6.048)
Receitas financeiras	2.457.019
Outras receitas e despesas operacionais	288.235
(=) Total despesas operacionais	**(732.095)**
(=) Resultado operacional	**(8.101.796)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**(8.101.796)**
(-) Contribuição social	(160.071)
(-) Provisão para imposto de renda	(305.590)
(=) Total Impostos sobre Resultado	**(465.661)**
(=) Resultado líquido do exercício	**(8.567.456)**
(=) Resultado Ajustado	**(8.567.456)**

A ADMINISTRAÇÃO **CONTADOR:** Diogo Sandoval Fernandes, CRC MG108410

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia

SIT MACAÉ TRANSPORTES S/A

CNPJ nº 11.889.780/0001-99

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias e exigência legal, esta Diretoria tem a satisfação de apresentar aos Senhores, as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios de 2019 e 2018. Macaé/RJ, 22 de Março de 2021. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	290	1.216
Contas a receber		
. Clientes	563	552
. Prefeitura de Macaé	12.474	30.832
. Partes relacionadas	472	442
	13.509	**31.826**
Estoques	1.110	1.231
Impostos a recuperar	10.859	10.819
Demais ativos circulantes	730	686
Total do Circulante	**26.498**	**45.778**
Não circulante		
. Contas a Receber - Partes relacionadas	73	-
. Depósitos judiciais	1.951	1.608
. Créditos de tributos diferidos (CSLL e IRPJ)	680	466
. Investimento	5	5
. Imobilizado	20.310	24.261
. Direito de Uso	108	-
. Intangível	16	30
Total do Não Circulante	**23.143**	**26.370**
Total do Ativo	**49.641**	**72.148**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Circulante		
Fornecedores		
. Fornecedores nacionais	4.072	2.700
. Partes relacionadas	5.470	9.541
	9.542	**12.241**
Empréstimos e financiamentos	4.875	9.867
Arrendamento financeiro – Partes relacionadas	100	-
Salários, Encargos e Obrigações Sociais	7.937	6.758
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	7.550	7.282
Dividendos e lucros a pagar	19	383
Adiantamentos recebidos de clientes	52	-
Outros passivos	1.306	413
Total do Circulante	**31.381**	**36.944**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	789	4.971
Arrendamento financeiro – Partes relacionadas	11	-
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	1.637	2.549
Provisões de tributos diferidos (CSLL e IRPJ)	6.261	7.473
Provisão para contingências	1.999	1.371
Total do Não Circulante	**10.697**	**16.364**
Patrimônio Líquido		
Capital	3.000	3.000
Reservas de lucros	4.563	15.840
Total do Patrimônio Líquido	**7.563**	**18.840**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**49.641**	**72.148**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros - Reserva Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**3.000**	**600**	**6.742**	**-**	**10.342**
Lucro do exercício	-	-	-	17.398	17.398
Dividendos declarados	-	-	(5.400)	-	(5.400)
Distribuição de dividendos	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Constituição da reserva de lucros	-	-	17.398	(17.398)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**3.000**	**600**	**15.240**	**-**	**18.840**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.877)	(5.877)
Dividendos declarados	-	-	(5.400)	-	(5.400)
Absorção da reserva de lucros	-	(600)	(5.277)	5.877	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**3.000**	**-**	**4.563**	**-**	**7.563**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(5.877)**	**17.938**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(5.877)**	**17.398**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	**94.795**	**102.734**
Custo dos serviços prestados	(91.865)	(65.018)
Lucro Bruto	**2.930**	**37.716**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(7.679)	(8.062)
Outras despesas operacionais	(1.030)	(473)
Total despesas operacionais	**(8.709)**	**(8.535)**
Lucro (Despesa) Operacional, exceto resultado financeiro	**(5.779)**	**29.181**
Resultado financeiro, líquido	(1.523)	(2.656)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	**(7.302)**	**26.525**
Imposto de renda e Contribuição social	-	(1.657)
Provisões de IRPJ e CSLL diferidos	(1.425)	(7.470)
	(1.425)	(9.127)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(5.877)**	**17.398**
Lucro (Prejuízo) por ações – (Em reais)	**(1,96)**	**5,80**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(5.877)**	**17.398**
Depreciação/Amortização	4.049	559
Ajuste depreciação societária	-	(14.376)
Amortização IFRS 16	3.284	-
Juros Arrendamento IFRS 16	50	-
Constituição de provisão	546	182
Encargos s/empréstimos, financiamentos e outros	233	768
Resultado da alienação de bens do imobilizado	(4)	(48)
Provisão Diferidos	(1.425)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	**856**	**4.483**
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	18.347	22.336
Adiantamentos	25	(27)
Despesas antecipadas	(68)	2
Estoques	121	(30)
Impostos a recuperar	(40)	(1.930)
Outros créditos	(557)	(231)
Partes relacionadas	(30)	605
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	1.372	(1.068)
Salários, Encargos e Obrigações sociais	1.179	(472)
Obrigações fiscais	268	1.257
Outros passivos	(4.408)	(6.597)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**17.065**	**18.328**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(84)	(42)
Recebimento da alienação de imobilizado	4	48
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(80)**	**6**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Variação liquida de arrendamentos IFRS 16	(3.337)	-
Variação liquida em financiamentos	(9.174)	(9.390)
Dividendos pagos	(5.400)	(8.900)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(17.911)**	**(18.290)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(926)**	**44**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**1.216**	**1.171**
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**290**	**1.216**
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**(926)**	**44**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e (IASB), implantadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e embasadas pelas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, atendendo às normas tributárias pertinentes. As Notas Explicativas na íntegra e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da BDO RCS Auditores Independentes SS, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

Diretoria: Juacir Terra - Diretor; **Carlos Eduardo Gomes Rocha** - Diretor Executivo; **Andre Luiz Ribeiro Constantino** - Contador - CRC RJ nº RJ-091126/O-1

Empresas podem renegociar dívidas com fundos constitucionais

Portaria foi publicada nesta sexta-feira no DOU

O governo federal fixou as regras para que empresas que tomaram empréstimos dos fundos constitucionais possam renegociar suas dívidas. A portaria dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Economia foi publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o MDR, os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) registram mais de R$ 10,6 bilhões em dívidas de cerca de 500 mil pessoas físicas e jurídicas.

Aproximadamente 98% dos débitos são de até R$ 100 mil, ou seja, de pequenos devedores. A criação dos fundos está prevista no artigo 159 da Constituição Federal para apoiar programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expectativa do governo é atingir, no mínimo, 10% das carteiras do FNO, FNE e FCO provisionadas (reserva para o caso de inadimplência) ou em prejuízo, com a recuperação de cerca de 30 mil contratos.

Podem ser renegociadas operações cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, sete anos, ou 10 anos contados da última renegociação, e que tenham pagamentos integralmente provisionados há, pelo menos, um ano ou lançadas totalmente em prejuízo nas demonstrações financeiras dos fundos constitucionais. O prazo de quitação será de até 120 meses, com descontos de até 70% do valor total dos créditos a serem renegociados e atualização da dívida pelo encargo previsto no último acordo contratual.

Em comunicado, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, observou que muitas empresas que se utilizaram de recursos desses fundos há vários anos fizeram a contratação sob condições financeiras bem mais rigorosas do que as atuais e vêm sofrendo com "a longa recessão que o país e o mundo vivem nos últimos anos". "A inadimplência inviabiliza a retomada dos investimentos, contrariando a finalidade dos próprios fundos, que é aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste", explicou.

Acordos

Os recursos dos fundos constitucionais são administrados pelo MDR e pelas superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco) e concedidos por meio do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, respectivamente.

O acordo de renegociação deverá ser feito diretamente com os bancos. O MDR explicou que uma das modalidades para a quitação da dívida é o pagamento direto de parcelas sobre o valor devido. O comprometimento da capacidade de pagamento corresponde ao percentual do fluxo de caixa projetado do empreendimento financiado que será utilizado para o pagamento das operações. Não serão incluídas entre as despesas ou amortizações as dívidas com outros credores financeiros ou de mercado de capitais.

Segundo a agência Brasil, outra forma de quitação é a garantia por meio de bens do devedor. O valor será aferido por meio de laudo de avaliação contratado pelo banco, que pode cobrar por esse serviço.

A declaração de devedor cujo valor total das operações, após atualização dos valores, seja inferior a R$ 100 mil será suficiente para a avaliação do comprometimento de sua capacidade de pagamento. Dessa maneira, fica dispensada a necessidade do laudo de avaliação pelo banco administrador.

"O Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil deverão utilizar mecanismos de minoração do risco, conforme suas respectivas regras de governança, para evitar fraudes derivadas de declarações prestadas", informou o MDR.

Em 2020, os fundos constitucionais movimentaram R$ 43,78 bilhões nas três regiões. O Nordeste movimentou mais recursos, com R$ 25,8 bilhões em contratações, seguido pelo Norte, com R$ 10,48 bilhões, e pelo Centro-Oeste, com R$ 7,5 bilhões em financiamentos.

Desse total, R$ 3,52 bilhões foram destinados a pequenos empreendedores das três regiões, que puderam acessar empréstimos por meio da linha emergencial contra os impactos da pandemia de Covid-19.

China: Regras de revisão de segurança de investimentos estrangeiros

As regras para revisões de segurança de investimentos estrangeiros não adicionarão fardos desnecessários aos investidores e empresas estrangeiras normais, mas conduzem ao desenvolvimento destas com financiamento estrangeiro na China no longo prazo, informou o Ministério do Comércio.

As regras fazem um pequeno ajuste no sistema de revisão de segurança de investimentos estrangeiros de acordo com os requisitos da lei de investimento estrangeiro e regulamentos pertinentes, disse Gao Feng, porta-voz da entidade, em uma coletiva de imprensa regular.

Ele observou que as regras são uma garantia necessária para o desenvolvimento estável e saudável da economia chinesa e uma maior abertura ao mundo exterior.

Sob as regras, devem ser revistos os investimentos estrangeiros na indústria militar e setores relevantes relativos à segurança nacional, assim como nas áreas circundantes de infraestrutura militar, apontou Gao.

Os investimentos em nove setores relacionados à segurança nacional, incluindo produtos agrícolas vitais, energia e recursos, também devem ser revistos quando os investidores estrangeiros têm controle sobre as empresas em que investem, acrescentou.

Segundo a agência Xinhua, realizar revisões de segurança sobre investimentos estrangeiros é uma prática internacional regular, assinalou o porta-voz. As autoridades chinesas divulgaram regras para revisões de segurança de investimentos estrangeiros no final do ano passado. As regras entraram em vigor em janeiro.

Três perguntas: criptomoedas, parte 2 – O ether

Por Jorge Priori

Existe uma série de criptomoedas além do bitcoin. A segunda maior criptomoeda do mundo, e uma das mais promissoras, é o ether. A sua tecnologia é o Ethereum. Para conhecermos melhor essa criptomoeda, vamos conversar com Ney Pimenta, CEO da Bitpreço, primeiro marketplace de criptomoedas da América Latina, sobre o que é o ether e a sua blockchain, o Ethereum, quais são os mecanismos de valorização do ether e as utilidades do Ethereum.

Com relação a questão da utilidade, essa é uma pergunta simples e importante, mas muitas vezes negligenciada. Ney ressalta já ter visto investimentos que terminaram em prejuízo justamente pela falta desta análise. Se o investidor tivesse verificado qual era a utilidade da criptomoeda que ele estava comprando, provavelmente não teria feito o investimento que terminou de forma frustrada. A grande força do ether é justamente a utilidade da sua tecnologia, o Ethereum.

Na semana passada, nós conversamos com o Ney sobre a maior criptomoeda do mundo, símbolo desse mercado, o bitcoin. Nas próximas semanas, conversaremos sobre o BNB e as stablecoins.

O que é o ether?

O ether é a segunda maior criptomoeda do mundo. Ele foi criado pelo russo-canadense Vitalik Buterin em 2013. O ether entrou em operação em julho de 2015 após ser financiado através de um crowdfunding. Ele utiliza todo o conceito de criptografia e descentralização do bitcoin e da blockchain, mas com uma camada extra de tecnologia na Ethereum, a blockchain do ether.

A Ethereum é uma rede de computadores descentralizados. Uma pessoa pode desenvolver softwares que rodam em qualquer computador dessa rede, sem que um governo ou uma entidade centralizada tenha como detê-lo. Essa foi a grande revolução que fez com que o ether se tornasse a segunda maior moeda digital do mundo.

Quais são os mecanismos de valorização do ether?

O ether é uma altcoin, uma moeda que não é o bitcoin. Todas as altcoins possuem uma forte correlação de preço com o bitcoin, ou seja, elas acompanham seus movimentos de valorização e desvalorização. Podem haver exceções, como, por exemplo, uma criptomoeda que está vivendo um momento excepcional pois acabou de ser lançada por uma grande corretora. Isso pode levar a um descolamento de preço excepcional, mas fora as exceções pontuais, todo o mercado de criptomoedas segue o comportamento do bitcoin. Um dos motivos para isso é que muitas corretoras definem os preços das criptomoedas em bitcoins.

O ether também sofre os efeitos das altseasons. Quando o bitcoin sobe muito, ele traz um interesse muito grande pelo mercado de criptomoedas. Num segundo momento, as pessoas descobrem as altcoins e passam a se interessar por essas moedas, entre elas o ether. Isso é a altseason.

Outro fator que valoriza o ether é a sua comunidade de desenvolvedores, provavelmente, a mais ativa no momento. Eles estão sempre melhorando a Ethereum. Recentemente, as taxas ficaram muito caras por causa do crescimento da demanda dos DeFis, os decentralized finances, ou finanças descentralizadas. Por causa disso, esse grupo de desenvolvedores está lançando uma melhoria para redução das taxas. A cada aprimoramento da Ethereum, o ether se valoriza.

Em até dois anos, haverá uma grande atualização que deve contribuir muito para a valorização do ether. Trata-se da Ethereum 2.0. Por exemplo, o mecanismo de "mineração" do bitcoin tem sido muito criticado pelo alto consumo de energia. A própria Tesla foi muito criticada pela compra de US$ 1,5 bilhão em bitcoins, uma criptomoeda que utiliza mais energia na sua "mineração" do que o ouro. A Ethereum utiliza a mesma tecnologia do bitcoin, mas com essa atualização, ela vai passar a utilizar uma nova tecnologia que praticamente não consumirá energia. O aprimoramento constante da tecnologia da Ethereum é um forte mecanismo de valorização. Com a Ethereum 2.0, o ether pode vir a ser um adversário muito forte para o bitcoin nos próximos anos, se ele não fizer o mesmo. Pode haver um momento em que a energia consumida pelo bitcoin chegue a um nível insustentável, fazendo com que os governos o inviabilizem.

Qual é a utilidade da Ethereum?

Os softwares que rodam na Ethereum são conhecidos como smart contracts. Eles podem ser utilizados para emissão de outras moedas dentro dessa blockchain, como, por exemplo, a USDT, uma das criptomoedas de maior movimentação no mundo.

Outra aplicação dos smart contracts são os DeFis. Você pode fazer um smart contract onde se contrai um empréstimo em dólares utilizando bitcoins em garantia. Terminado o prazo, a pessoa devolve os dólares e a Ethereum libera os bitcoins da garantia.

Através da Ethereum, você também pode criar exchanges descentralizadas onde não é necessário guardar suas criptomoedas com uma pessoa ou empresa. Elas serão guardadas na própria Ethereum.

Uma aplicação que entrou recentemente no mercado são os domínios de internet que utilizam a Ethereum. Esses domínios não têm como ser derrubados por um governo. Sendo mais preciso, nenhuma das aplicações da Ethereum têm como ser derrubada ou bloqueada por um governo. Com os softwares descentralizados, a Ethereum levou a capacidade de descentralização, trazida pelo bitcoin, a outro patamar.

Outra questão interessante é que sempre que alguém cria uma nova funcionalidade, isso impacta diretamente na valorização do ether. Em março de 2020, após o colapso de preços causado pelo início da pandemia, o bitcoin ficou estável até outubro, quando começou a se valorizar. Enquanto isso, o ether se valorizou constantemente, por causa do crescimento das DeFis. A partir do momento em que a utilidade da criptomoeda é entendida pelas pessoas, e elas passam a utilizá-la, o seu preço é alavancado. Se analisarmos os últimos cinco anos, veremos que o ether cresceu em média 40% acima do bitcoin. Aqui fica uma questão: será que o ether é mais interessante que o bitcoin para se investir?

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Receita líquida da Embraer recua 10% em 2020

A receita líquida da Embraer atingiu R$ 9,81 bilhões no quarto trimestre e R$ 19.641,8 milhões no ano de 2020, representando crescimento de 14% sobre a de igual período de 2019 e queda de 10% em relação ao terceiro trimestre do ano anterior, segundo dados divulgados pela fabricante de aeronaves nesta sexta-feira.

Devido à incerteza relacionada à pandemia da Covid-19 e seus impactos na indústria, a companhia decidiu por não publicar, nesse momento, suas estimativas financeiras e de entregas para 2021.

Nas comparações entre o 4T20 e o 4T19 e entre o ano de 2020 e o de 2019, o dólar norte-americano teve uma apreciação média de 30% em relação ao real brasileiro, impactando os resultados e despesas apresentados, informou a companhia.

No 4T20, a Embraer entregou 28 aeronaves comerciais e 43 executivas (23 jatos leves e 20 grandes) e em 2020 foram 44 aeronaves comerciais e 86 executivas (56 jatos leves e 30 grandes). Sua carteira de pedidos firmes (*backlog*) alcançou US$ 14,4 bilhões;

No 4T20, excluindo-se os itens especiais, o Ebit e Ebitda ajustados foram de R$ 406,8 milhões e R$ 783,4 milhões, respectivamente, levando a margens de 4,1% e 8,0%, respectivamente.

No ano, o Ebit e o Ebitda ajustados foram de R$ (523,7) milhões e R$ 437,6 milhões, com margens ajustadas de -2,7% e 2,2%, respectivamente, tendo sido impactados principalmente pelo fraco resultado da Aviação Comercial no contexto da pandemia da Covid-19;

O último trimestre de 2020 representou prejuízo líquido ajustado (excluindo-se impostos diferidos e itens especiais) de R$ 70,2 milhões e prejuízo por ação ajustado de R$ 0,10. Em 2020, a Embraer reportou um prejuízo líquido ajustado de R$ 2.372,3 milhões e um prejuízo por ação ajustado de R$ 3,22.

Normas para integrar listas de contato dos celulares ao Pix

A Diretoria Colegiada do Banco Central alterou o Regulamento do Pix (meio de pagamento criado pelo BC) e incluiu uma nova funcionalidade que irá possibilitar o desenvolvimento, por parte das instituições participantes. São soluções que proporcionem a integração dos aplicativos das instituições com a lista de contatos dos celulares dos usuários. "A mudança visa a facilitar a identificação de quem cadastrou seu número de celular como chave Pix, simplificando ainda mais a experiência do pagamento com a funcionalidade", informou o BC.

O Pix está disponível para todas as pessoas e empresas que têm uma conta corrente, conta poupança ou uma conta de pagamento pré-paga em uma das 734 instituições aprovadas pelo BC para ofertarem o meio de pagamento.

Com a alteração do regulamento os usuários finais poderão, em caso de mudança no nome, solicitar alteração das informações, como nome completo, nome empresarial e título do estabelecimento, sem a necessidade de excluir e registrar novamente a chave. Essa possibilidade facilitará, por exemplo, o ajuste quando uma pessoa alterar o nome em decorrência de casamento, ou uma empresa alterar o nome fantasia do estabelecimento. Também fica permitido, a partir de agora, que o usuário final pessoa natural possa solicitar o vínculo de seu nome social à chave Pix.

Foi estabelecido ainda no regulamento que as instituições participantes ficam vedadas de fixar limites para o número de transações Pix, seja de envio ou de recebimento. Essa vedação é necessária para garantir condições competitivas equânimes entre diferentes instrumentos de pagamento.

Com nova Selic, rendimento da poupança é o pior da renda fixa

Com a primeira alta após seis anos, a Selic chegou a 2,75%, na última quarta-feira, conforme decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). Para saber o impacto desta medida no rendimento dos investimentos em renda fixa, o Yubb (https://yubb.com.br/), buscador online de investimentos do país, realizou um levantamento com projeções dos principais ativos. Como destaque, a poupança nova segue como a opção com menor rentabilidade em todos os cenários.

"Depois de aproximadamente seis anos, o Copom decidiu pela alta da Selic, o que fez com que os juros básicos da economia brasileira subissem 0,75%. O mercado acreditava que fosse subir 0,5%, esse aumento ainda maior mostra uma preocupação do Copom com inflação, alta do dólar, situação fiscal brasileira e instabilidade política, além de outros fatores", explica Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb.

Pascowitch aponta três fatores que motivaram a alta da Selic. "O primeiro é a inflação, que está aumentando de forma ameaçadora. Então, o Banco Central e o Copom têm que fazer com que ela pare de subir. E o melhor instrumento do Bacen para isso é subir os juros. Subindo os juros, o crédito no Brasil fica mais caro, as taxas ficam mais altas e o consumo cai. Com o consumo em baixa, a inflação tende a cair também".

Já os outros motivadores da alta da Selic correspondem ao mercado internacional. "O segundo ponto é que o dólar está muito alto. O Brasil precisa aumentar a sua taxa básica de juros para que os investidores estrangeiros voltem a investir em títulos públicos brasileiros. E, por fim, o terceiro ponto é a instabilidade fiscal. Com as despesas públicas ameaçando o teto de gastos, o investidor estrangeiro acaba se afastando. Portanto, ao aumentar os juros, o Risco Brasil também aumenta e o país volta a ser atrativo para o mercado internacional", conclui.